

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil.

Menezes Lucas.

Cita:

Menezes Lucas (2013). *A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/105>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 14

Título de la Mesa Temática: Monarquía, Corte y Reinos. El sistema político del Antiguo Régimen (s. XIV-XVII).

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as:

Dr. Guillermo Nieva Ocampo

Dr. Rubén González Cuerva

Dra. Andrea Mariana Navarro

A CORTE PORTUGUESA E O URBANISMO COLONIAL NO BRASIL

Lucas Menezes de Souza

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

menezes.lucas@live.com

Introdução

A política urbanizadora portuguesa praticada nos primeiros séculos de colonização na América Latina constitui-se tanto como processo histórico como espacial em curso de formação do que será o território brasileiro. Por política urbanizadora devemos entender aquilo que remete a um esforço de “controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem num processo de urbanização” (REIS FILHO, 1978: 66). Formas essas sob as quais decorre o urbanismo determinam-se a partir da vida social, responsável por determinar desde as condições de apropriação e uso do território à produção e transformação do espaço.

As diferenças pertinentes às formas de urbanismo, seja espontâneas ou dirigidas, observadas nas políticas adotadas pelos portugueses no território brasileiro, apresentam sua origem “no grau de elaboração técnica e teórica, assim como no grau de consciência e coerência dos atores envolvidos, dependendo dos objetivos fixados nos programas, planos e projetos” (REIS FILHO, 1998: 485).

Assim, o desenvolvimento deste estudo justifica-se pelo interesse de entender em que dimensões a introdução de um plano urbanístico por parte da Coroa Portuguesa exerceu influência na configuração do espaço e da sociedade pertinente àquilo que futuramente viria a constituir o Brasil. Considera-se para isso um intervalo temporal, entre 1549 e 1763, pertencente ao que se classifica como Período Colonial do território brasileiro.

Destaca-se nesta avaliação como marco inicial a cidade de Salvador da Baía por motivos de melhor estruturar e tornar mais objetiva a análise a ser feita. Característica essa que se justifica pelo espaço temporal delimitado ao estudo corresponder ao período em que esta cidade elevou-se ao cargo de capital do Império Português nas terras brasileiras, o que acarretou, conseqüentemente, uma interferência e aplicação mais eficiente daquilo que constituía as técnicas e metodologias urbanísticas pertinentes à Coroa Portuguesa e que, gradualmente, tentava-se aplicar como um todo nas novas terras sob seu domínio.

Desta forma, entender a influência portuguesa sob o desenvolvimento do urbanismo existente no território brasileiro não só requisita uma análise desde os primórdios de tais acontecimentos, como também o estudo de áreas que de fato se

possam observar a efetiva ação e acontecimento de tais premissas, para que, de maneira crítica, possa se posteriormente observar a permeabilidade destas durante a história.

Assim, com fins acadêmicos, primeiramente situar-se-á o contexto histórico no qual se insere a ocupação e dominação do território colonizado pelos portugueses, permeando por entre algumas características que possam anunciar aquilo que viria a compor algumas das premissas das políticas urbanísticas portuguesas para o território em seu domínio. Em seguida, traçar-se-á as principais características destas políticas aplicadas à cidade de Salvador da Baía, realizando paralelos e comparações tanto com aquelas aplicadas em Portugal como no restante do território nacional. Por fim, analisar-se-á a eficiência destas políticas urbanísticas adotadas por Portugal no território nacional, e a maneira com a qual aquela adotada na capital baiana influenciou no desenvolvimento do restante do território.

Primeiras iniciativas

A expansão ultramarina portuguesa nos séculos XV e XVI insere-se no contexto do Renascimento europeu, podendo ser considerada em relação a este um componente fulcral. Função esta que destaca a sua importância e relevância pela nova visão de mundo e propriamente do homem introduzida a partir do contato e miscigenação com outros povos e culturas, e aplicada nos espaços construídos pelos portugueses, de forma que evidencia os processos de aculturação que lhes originam e são pertinentes.

Neste contexto, a formação do território brasileiro nos primórdios de sua ocupação submete-se a uma política colonial que visava organizá-lo como uma imensa retaguarda para os mercados europeus, sendo tal política vigente até quase o fim do século XVII. Assim, essa experiência colonial portuguesa enquadrava-se nos padrões que constituíam a expansão comercial europeia, baseada em conquistar bases territoriais já povoadas nas quais a produção organizada apresentasse-se como capaz de oferecer produtos pertinentes ao mercado colonial europeu, ao mesmo tempo que proporcionassem expressivas vantagens financeiras.

Ainda pertencente a este contexto apresentam-se as disputas por posses de terras que se mostraram presentes no desenvolvimento dessa expansão ultramarina, de maneira que passou a requisitar, por parte daqueles que possuíam territórios sob sua posse, a utilização de artifícios que a garantisse frente às outras nações. Assim, a

instalação no território colonial desenvolve-se de formas excessivamente variadas. Frequentes são os casos em que é difícil a distinção entre instalações exclusivamente militares e as que simultaneamente apresentavam intenções colonizadoras ou, até mesmo, urbanizadoras.

No caso brasileiro, sabe-se que de fato “muitas foram as cidades que resultaram espontaneamente do desenvolvimento de atividades em torno de implantações cuja utilidade inicial se poderia resumir ao controle militar de uma determinada área ou percurso” (ROSSA, 1998: 516). Assim, considera-se que apenas durante o reinado de D. João III a colonização do Brasil pode ser dada como iniciada, precisando essa data em 1534 quando se dá a criação das Capitanias Hereditárias, e delimitando o início da urbanização apenas em 1549, ao se fundar a cidade de Salvador da Bahia como sede administrativa do território sob posse portuguesa.

Em meados do século XVI adota-se para o território colonizado uma política portuguesa que procurava utilizar ao máximo os recursos de particulares, sejam estes colonos ou donatários, a fim de garantir a posse de suas terras no Novo Mundo, sem que isso prejudicasse os programas das Índias que, neste momento, ocupavam o melhor dos seus esforços. Com isso, começa a se materializar a transição entre essas duas culturas que consolidar-se-ia com o decorrer da história.

Tornar a colônia produtiva exigia grandes investimentos que não estavam ao alcance da Coroa, uma vez que envolvia a ocupação de territórios pouco povoados e com uma mão-de-obra de baixa qualificação. Nestes parâmetros, a solução de privatizar a colonização mostrou-se como a atitude mais adequada a ser tomada.

Portugal estabelece em sua colônia americana, basicamente, feitorias, também do tipo empório fortificado, exatamente como vinha fazendo desde o século XV nas Ilhas Atlânticas e na costa da África, território sob os quais também exercia o poder de posse. Assim, responsáveis por auxiliar nas atividades pertinentes à colonização e utilização desta para fins lucrativos, ressalta-se a feitoria portuguesa que constitui-se por “um castelo fortificado e a cidade baixa, área comercial junto ao porto, podendo ter ou não um traçado regular ou semirregular” (CRUZ, 1998: 171).

Quando a Coroa portuguesa decide adotar o sistema de capitanias hereditárias no Brasil, destacando ainda o empenho existente com o comércio do Oriente, o planejamento urbano já se mostrava como uma prática consolidada, não somente na

Metrópole, como também nas feitorias e cidades orientais. E ainda pode-se afirmar que o estabelecimento do regime das Capitanias, estimulando a fixação de europeus nas novas terras, visava alcançar não apenas a sua ocupação, mas também a urbanização, como a solução mais eficaz de colonização e garantia de posse.

Além de Portugal estabelecer uma política de ocupação do território de suas colônias, destaca-se ainda a presença de uma “política de desenvolvimento” (COSTA, 2007). Política esta que não se baseava em um conjunto de regras definidas, tal como no caso da lei espanhola das índias pelas quais Felipe II regulamentava a construção de cidades coloniais espanholas sob nítidas influências da tratadística renascentistas e vitruvianas. Mas como uma série de critérios definidos com o objetivo de promover certo controle sob a estrutura física de suas vilas e cidades.

A Coroa deixava aos donatários as principais tarefas urbanísticas, outorgando-lhes o poder de criação de vilas e desenvolvimento da ocupação. Assim, as cidades eram criadas em pontos especiais que ressaltavam o funcionamento destas como centros regionais, de tal forma a revelar as tendências centralizadoras da política portuguesa.

Inicialmente deve-se enfatizar que a colonização portuguesa no Brasil, considerada desde o século XVI, mostra que o desempenho das cidades na conquista de territórios foi de suma importância para o sucesso do empreendimento colonizador. A fundação de vilas, freguesias e povoados ocorre, muitas vezes, como uma técnica de apropriação territorial, assim como já foi anteriormente mencionado.

Os traçados das primeiras cidades do Brasil construídas no século XVI, sem intervenção direta do poder real, tinham as suas raízes na tradição urbana vernácula, adequada a uma política de ocupação do território feita lentamente pelos donatários. A organização espacial destas cidades, subordinando-se embora aos termos das Cartas de Doação e dos Forais, era da responsabilidade dos próprios donatários, resultando assim, na maior parte dos casos, em núcleos urbanos com traçados irregulares, desvinculados de preocupações relacionadas à geometrização. No entanto, “é no Brasil que é possível observar de uma forma bastante clara, através dos planos de diferentes cidades, a evolução dos traçados urbanos regulares e a progressiva estruturação de uma prática e de uma implícita teoria urbanística portuguesa” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 217), na qual se nota o gradual e constante afastamento da experiência urbanística medieval e mais próxima da teoria renascentista.

Paralelo a essas características, ressalta-se o papel específico da cidade ligado a um aspecto intencional de demarcação de fronteiras e garantia do domínio sobre terras conquistadas.

Assim, as cidades coloniais nasceram de um poder metropolitano que procurava na sua visualização, através da apropriação do espaço e do ordenamento do modo de vida, estabelecer uma dominação efetiva sobre o território colonial e sobre os colonos. Por isso destaca-se o peso essencial das funções portuárias e administrativas, contrapondo-se à pouca relevância das funções de mercado e política no interior da colônia, de forma que “a cidade não emergia como lugar de construção da cidadania” (LANNA, 2002).

Os núcleos urbanos fundados no período colonial se caracterizam apenas em sentido político de domínio territorial e controle fiscal sobre o escoamento de mercadorias. Os portugueses criavam todas as dificuldades às entradas terras adentro, receosos que com isso despovoasse a marinha. Antes de estimular, a política urbana portuguesa conteve-se em deter e controlar o crescimento urbano nas colônias.

E como resposta às solicitações desse processo de urbanização e conquista territorial constitui-se a rede urbana brasileira, cuja gênese localiza-se nesses séculos iniciais da colonização. De acordo com Oliveira, “o urbano no Brasil é historicamente fundado numa contradição singular: enquanto o lócus da produção era rural, o lócus do controle foi urbano” (OLIVEIRA, 1982: 38). Organizado e produzido para atender a economia de exportação, o espaço urbano brasileiro surge assim antes mesmo que o campo.

As cidades reais e suas influências

Entretanto, o sistema de colonização privado mostrou-se, desde cedo, pouco eficiente no território brasileiro e a Coroa percebeu que, sem seu apoio, os donatários não seriam capazes de levar adiante a missão colonizadora. Paralelo à esse ocorrido notava-se o aumento da cobiça de outras nações pela colônia americana. Assim, inicia-se uma nova política, em 1548, com a decisão de criar um Governo Geral para o Brasil com sede na Baía de Todos os Santos, que ampliar-se-ia nos anos seguintes com a formação de uma verdadeira rede de cidades que tomavam esta região por base, as chamadas cidades reais. A regularidade dessas cidades, em contraste com as criadas

pelos donatários e colonos, demonstra, claramente, que a morfologia dos dois tipos de núcleos urbanos está, fundamentalmente associado à vontade política de colonizar.

Para implementar um programa de ocupação e fortificação da costa brasileira, Portugal envia ao Brasil um número crescente de arquitetos e engenheiros militares. Este número crescia à medida que diminuía a importância das feitorias da Índia e do Norte da África. Sabe-se que no início do século XVII “já existiam mais arquitetos no Brasil que na Índia e, em meados, superavam os existentes em toda a África” (AZEVEDO, 1998: 56). Estes profissionais atuavam de maneira a intervir, direta ou indiretamente, no desenho do que constituiriam as cidades reais.

Os engenheiros militares tinham um papel proeminente no planejamento destas cidades. A fundação de cidades era geralmente associada à construção de fortificações, e os engenheiros militares encontravam-se naturalmente envolvidos em ambas essas tarefas. Do ponto de vista teórico, o envolvimento dos engenheiros militares mais direcionado às obras de fortificação do que ao planejamento das cidades era perfeitamente justificado, “já que a cidade ideal renascentista associava estreitamente – quer conceitualmente, que no plano físico – o perímetro fortificado da cidade com seu traçado interior” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 218). Por outro lado, quer a defesa quer a fundação das cidades, estas apresentavam-se como componentes essenciais do empreendimento colonial, o que justificava que a atividade destes profissionais, bem como o seu ensino, fosse coordenada de perto pela Coroa.

Assim, em 1549, por ordem do rei de Portugal, Dom João III, funda-se a cidade de Salvador. Fundação que exprime o fracasso do velho sistema de capitânias-donatários e está relacionada com essa nova organização administrativa determinada pelo governo Português para sua colônia brasileira, sendo, portanto, pertinente a um amplo contexto de decisões políticas referentes ao sistema colonial. A cidade é fundada para assegurar posse do território e promover a povoação da colônia, consolidando-se como “a cabeça de uma rede de cidades e vilas a serem fundadas” (COSTA, 2007), que por consequência espelhariam muito daquilo que constituía o urbanismo português colonial.

Quando Luís Dias, em 1549, com o título de mestre das obras da fortaleza e cidade de Salvador, parte de Lisboa em uma armada comandada por Tomé de Souza, leva consigo diretivas precisas sobre a escolha de localização e a estrutura da futura

cidade de Salvador da Baía. Diretivas estas determinadas por traços e amostras da cidade, e ainda por um regimento com instruções interpretadas pelo professor Azevedo como um “primeiro código de urbanismo” (AZEVEDO, 1998: 56), no qual determinava a provisória instalação de colonizadores em um pequeno povoado, criado pelo antigo donatário, durante a construção da nova cidade. A organização urbana desta decorre de vários fatores, desde a tradição urbana portuguesa até às próprias características topográficas do sítio escolhido e da natureza das funções, sejam estas políticas, administrativas ou comerciais, que a cidade se destinava a cumprir.

A implantação da cidade não foi casual, mas antes determinada por razões de defesa, pelos próprios objetivos funcionais da cidade e pelos modelos urbanos de referência da metrópole. A fortificação era uma necessidade primordial para a defesa da cidade e foi portanto construída primeiro, adaptando-se ao acidentado terreno. A topografia foi, aliás, por razões de segurança, “o elemento determinante da localização das cidades portuguesas de além-mar durante os séculos XVI e XVII” (AZEVEDO, 1998: 65), condicionando não apenas sua forma original como a expansão. A regularidade, quando existe, restringe-se à mancha matriz, perdendo-se, à medida que são superadas as dificuldades de implantação.

Manuel Teixeira observa que os traçados urbanos das colonizações portuguesas são característicos de uma cuidadosa adaptação de modelos urbanos racionais e de traçados regulares às condições topográficas em cada local. Nesse sentido que, apesar do conhecimento teórico dos engenheiros militares, seria característico do urbanismo português no Brasil “o pragmatismo das soluções adotadas em cada caso” (MOREAU, 2011: 142), devendo-se porém ressaltar a pertinência de muita fundamentação e base teórica nesse pragmatismo, responsável por criar cidades que, embora em planta não sejam rigorosamente geométricas, denotam na percepção dos espaços construídos uma notável regularidade, valorizada pela exploração das particularidades locais.

Em muitos casos, particularmente quando as cidades não se desenvolviam lentamente mas se construíam rapidamente sob os auspícios da Coroa, a tradição vernácula era abandonada e eram adotados modelos de cidades regulares, constituindo “num primeiro momento modelos de cidades medievais planejadas, e mais tarde modelos teóricos de cidades ideais renascentistas” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 217). Assim, cidades como Salvador da Baía e Rio de Janeiro, ambas fundadas durante o

século XVI, e assim como outras cidades promovidas diretamente pela Coroa, constituíam-se como cidades de maior dimensão, planeadas e construídas por arquitetos e engenheiros militares de Portugal, adotando planos regulares. Desta maneira, os traçados regulares inspirados nos ideais urbanos renascentistas cumpriam os objetivos políticos do controle de território e afirmação do poder real que estavam por detrás da fundação destas cidades.

A estrutura básica de Salvador dividia a cidade em partes alta e baixa, apresentando uma correspondência direta com várias cidades portuguesas, como são os casos de Lisboa e Porto (MOREAU, 2011: 107). A parte alta implantava-se num sítio elevado, sobranceiro ao mar, local no qual vieram a se localizar os principais edifícios institucionais, e grande parte do tecido habitacional, enquanto a parte baixa desenvolvera funções portuárias e mercantis. Essa dualidade, característica de muitas cidades medievais na Europa, teve grande expressão em Salvador e em outras cidades portuguesas em função da natureza do comércio marítimo que nelas se desenvolveu.

Embora obedecendo a um esquema global, planeado, que lhe dá unidade e regularidade, e que permitiu a sua eficaz construção de raiz, Salvador da Baía, como outras cidades do Brasil, tira partido das particularidades e dos acidentes do sítio. Ao mesmo tempo que os integra nesse esquema ordenador, a cidade enfatiza essas particularidades e articula-as com uma ordem urbana mais vasta, que tem a ver simultaneamente com a estrutura funcional da cidade, com a inscrição nos próprios espaços construídos da estrutura da relação de forças da sociedade, com a adoção de estratégias urbanizadoras ainda originárias da tradição vernácula medieval, bem como a exploração de técnicas e princípios renascentistas já “prenunciadores do barroco” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 227).

Murillo Marx, ao investigar sobre as relações entre sagrado e profano na sociedade brasileira, mostra que “se havia por parte do poder temporal a ausência de um plano de poder para o estabelecimento de suas povoações e edificações, isso não acontecia em relação ao poder eclesiástico, que era bastante rigoroso e minucioso” (MARX, 1989: 112). Como consequência, igrejas e conventos condicionavam, desenhavam e definiam os contornos da paisagem urbana.

A igreja católica esteve presente na cidade de Salvador da Baía desde o momento de sua fundação. Com o Governo Geral em 1549 vieram os jesuítas, que se

tornou a primeira ordem religiosa fundada em solo brasileiro. Assim, Salvador constituía-se como centro do poder temporal, uma vez que era sede administrativa e política da colônia, e centro espiritual, como sede do bispado primeiro do Brasil, criado em 1551.

Desta maneira destaca-se a importância da igreja, e muito particularmente das ordens religiosas na estruturação urbana das cidades brasileiras. Por um lado, no que respeitava à localização de novos núcleos urbanos, “muitas aldeias e vilas tiveram a sua origem na implantação de uma ermida ou capela, futuras sedes de paróquias” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 218). Por outro lado, os locais de implantação dos edifícios religiosos no interior da cidade tornam-se habitualmente focos polarizadores do crescimento urbano. Os adros, pátios e terreiros que geralmente se encontravam associados às igrejas e aos conventos tornaram-se, com o tempo, “praças urbanas perfeitamente integradas na estrutura” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 218) daquilo que compunha as cidades e importantes elementos estruturadores do espaço urbano.

O terreiro de Jesus de Salvador foi o primeiro do tipo projetado na colônia portuguesa e a matriz de todos os que vieram depois a ser construídos no Brasil. Foi concebido desde o início como um espaço regular e, pelas características que possui, constituir-se-ia como o principal elemento estruturador da malha urbana envolvente. Desprovido de qualquer característica pertinente a espaços residuais ou marginais, ou ainda aqueles cuja importância advém dos edifícios que neles se localizam, compõe uma concepção radicalmente diferente de espaço e estruturação urbana. Desta maneira, “constitui a gênese de outros terreiros de Jesus e a matriz dos traçados urbanos de muitas aldeias e reduções jesuíticas construídas no Brasil e em outras regiões” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 227). Ainda, esse novo conceito de estruturação urbana, em que o elemento dominante e gerador da malha urbana é a praça, e já não os edifícios singulares e as ruas que os articulavam entre si, irá influenciar não apenas as fundações jesuíticas, mas toda a teoria e prática urbanística portuguesa, civil e militar.

Encontra-se em Salvador da Baía uma síntese de múltiplas referências, vernáculas e eruditas, medievais e renascentistas, que moldaram a estrutura da cidade. A estruturação da cidade em “cidade alta, dos poderes civis, militares e religiosos, e em cidade baixa, dos comerciantes e marinheiros” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 227), juntamente da existência de praças com funções distintas são expressões dos modelos, ainda de origem medieval, que lhes estão na origem. Ao mesmo tempo, o planejamento

regular da cidade alta e a malha ortogonal que se desenvolve em torno do terreiro de Jesus, tendo nessa praça seu elemento central, são expressões de modelos, de referências formais e de concepções de espaço urbano modernas que, por sua vez constituem a matriz de desenvolvimentos posteriores.

Desenvolvidos em múltiplas situações ao longo do século XVII, estes novos conceitos de estrutura e de desenvolvimento irão expressar-se, plenamente desenvolvidos, nos traçados urbanos setecentistas construídos quer no Brasil quer em Portugal.

Urbanismo português no século XVII

O que mais se destaca nesses novos conceitos é a malha ortogonal que se desenvolve ao redor do Terreiro de Jesus, então definido como um novo centro de expansão. As referências formais e de concepção dessas quadras foram os modelos modernos de espaço urbano já seguidos nas primeiras construídas, institucionais e residenciais, definindo o tipo comum usado em crescimentos subsequentes. Ainda, as similitudes entre os planos de cidades setecentistas construídas no Brasil e em Portugal revelam “os elos de continuidade e as influências cruzadas que se pode encontrar entre umas e outras” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 258).

Ao longo do século XVII verifica-se um constante aumento da adoção de traçados regulares, geometrizados, no planejamento de novas cidades ou nos planos de extensão das cidades já existentes. A escolha de sítios planos, quer para novas fundações quer para a construção de novas expansões, substituindo os sítios acidentados que eram preferidos ainda no século XVI, apresenta-se como um importante fator para a adoção de padrões regulares.

A área da cidade era agora “três ou quatro vezes a área original” (TEIXEIRA, 2001: 399). O traçado regular dessa nova área de expansão da cidade é claramente ortogonal e mais regular que o antigo núcleo original. Segundo Teixeira, três são as razões que podem ter contribuído para a consolidação da formação teórica dos arquitetos e engenheiros militares e dos contatos com as teorias e práticas urbanísticas da renascença italiana. Em primeiro lugar, a influência cultural espanhola no período em que os dois reinos estiveram reunidos. Em segundo, a influência dos Jesuítas no traçado do bairro que se construía em volta do seu Colégio, e tendo como centro o seu pátio. Por último, a referência a partir da construção do Bairro Alto junto a São Roque em Lisboa.

Entre 1624 e 1625 acontece a invasão dos holandeses ao Brasil, tendo estes ocupado primeiramente Salvador. Uma vez que corresponde ao período em que houve a fusão das coroas ibéricas, e estando Filipe II a frente de ambas as nações, é enviada pela Espanha uma poderosa armada que expulsa os invasores, e marca o famoso acontecimento conhecido como a Jornada dos Vassalos, composta por 14 mil homens. Em âmbitos urbanísticos, este acontecimento destaca-se por tal expulsão gerar um novo período de crescimento em Salvador, no qual a malha urbana se estende em diversas direções, destacando-se os fluxos norte e sul. Assim, em meados do século XVII, a cidade e o porto já eram o centro de uma região maior, o Recôncavo Baiano que, em 1633, apresentaria um total de 69 engenheiros militares.

Sobre a fusão das coroas ibéricas mencionadas, correspondente ao período entre 1580 e 1640, reforça-se o argumento e acontecimento da adoção crescente em relação ao tipo de traçados regulares nas cidades de fundação portuguesa. Já em 1513, quando começam a se instalar as primeiras ordenações reais espanholas sobre o planejamento das cidades coloniais a estas correspondentes, as cidades adotavam um plano reticulado, com uma praça no centro ao qual se destinaria a construção da igreja e de outros edifícios público. Características essas que se reforçam e regulamentam através dos 148 artigos referentes às Leis das Índias, promulgadas em 1573 sob o comando de Filipe II (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 222), nas quais ditava-se premissas à construção de cidades coloniais espanholas, tratando desde maneira sob a qual se escolhia o sítio, ao planejamento e organização política das cidades.

O descobrimento do ouro em Minas Gerais, no interior da Colônia do Brasil, na última década do século XVII, desperta na Coroa portuguesa a necessidade de ampliar seu controle sobre aquela área, mediante uma política mais efetiva de colonização, resultando de tal maneira na substituição do outrora lucrativo comércio de especiarias e artigos de luxo do Império Oriental Português pela exploração do ouro e das riquezas deste território. Os procedimentos adotados pelo governo português nos últimos anos do século XVII e na primeira metade do século XVIII, para a fundação de vilas e cidades no Brasil, foram consolidados no Período Pombalino, de forma a constituir “uma linha de suporte técnico para uma sólida política urbanizadora” (REIS FILHO, 1998: 471). A administração pombalina promoveu a criação de uma extensa rede de vilas, através da qual procurou implantar um sistema de estreito controle, sobre a vida colonial. Muito particularmente a ação urbanizadora setecentista deve ainda ser entendida no contexto

político da delimitação das fronteiras entre Portugal e Espanha, no Novo Mundo. Desta maneira, fundar vilas e cidades destinava-se a demonstrar a soberania sobre um território e de defendê-lo.

As cidades setecentistas no Brasil Colonial

Nos anos setecentos, surgem cidades, quer em Portugal quer na Colônia, com planos absolutamente regulares, concebidos segundo traçados geométricos, e na maioria dos casos ortogonais, pelos quais se expressavam alguns dos grandes temas do urbanismo clássico. Destacam-se nestes exemplos como a cidade planejada racionalmente na sua estrutura global, a praça como elemento central da malha urbana e os conceitos de planejamento e de beleza urbana “associados à regularidade do traçado e à adoção de modelos arquitetônicos uniformes” (TEIXEIRA; VALLA, 1999: 253), aos quais devem obedecer todas as construções de uma rua, de uma praça ou mesmo de uma cidade.

Desta maneira, as cidades coloniais setecentistas eram, por um lado, herdeiras de um saber e de uma grande experiência de urbanização, desenvolvida em numerosas outras fundações e acumulada ao longo dos séculos, e por outro lado, representavam, de alguma forma, a subversão e o empobrecimento dessa mesma experiência. A racionalidade do traçado, expressa na sua absoluta regularidade, secundarizava por vezes a correta compreensão do sítio e a maleabilidade física e intelectual que até aí tinham caracterizado os prévios traçados urbanos portugueses.

Contrariamente ao que se passava na maior parte das cidades fundadas em períodos anteriores, a praça deixa de se situar marginalmente no traçado urbano, ou no encontro de diferentes malhas da cidade, correspondentes a sucessivas unidades de crescimento. A estrutura formal da praça já não vai resultar da progressiva regularização, realizada ao longo dos séculos, do espaço que havia sido eleito para a implantação dos principais edifícios institucionais da cidade. Pelo contrário, nos traçados urbanos setecentistas, a praça é pensada de início como o centro da cidade, em termos simbólicos, funcionais e também espaciais.

Destaca-se ainda a política pombalina de libertar, ainda que sob maneiras nebulosas, os índios em relação à Coroa Portuguesa. Questão essa que ainda serve para acentuar a existência de um período de declínio no que concernia ao desenvolvimento urbanístico do território colonizado.

Ao libertar teoricamente os índios, a Metrópole ordenou a eleva o de aldeias antigas, as maiores vilas e as menores   povoados, de maneira a desmembrar-se de outras Câmaras, entregando-lhes sua administra o, sendo essa entendida por governo econ mico, político, judicial e militar, aos  ndios. A  o esta que apresentava o intuito de, na prática, civilizá-los e integrá-los   sociedade num núcleo urbano para, assim, povoar e tomar conta do solo. Entre as dificuldades apontadas pelos promotores da cria o desses novos povoados contavam “a falta de estágio de civiliza o dos índios, falta de oficiais mecânicos e instrumentos de trabalho, falta de material construtivo de maior durabilidade, pobreza, dificuldades administrativas e jurisdicionais, etc.” (FLEXOR, 1998: 265).

O projeto fazia parte dos primeiros passos que caracterizavam o liberalismo oitocentista e procurava fortalecer o governo municipal ao enfraquecer os poderes eclesiástico, expulsando os jesuítas e, antes disso, estabelecendo c nguas para os missionários, criando companhia de comércio e abolindo a escravidão do  ndio. Na década de 70, o projeto começava a encerrar-se devido, sobretudo, às dificuldades financeiras e políticas, mas muitas vilas tenham sido criadas, ainda que gradualmente algumas destas tenham sido abandonadas.

No caso da história de Salvador, esse declínio no desenvolvimento urbanístico do território brasileiro destaca-se pelo contraste existente no século XVIII. Contraste este marcado por uma expansão comercial e aperfei amento do sistema de defesa no começo do século, seguido pela decadência resultante da transferência da capital para a cidade do Rio de Janeiro, em 1763.

Conclusão

A política portuguesa no território colonizado explicita, através das políticas urbanísticas que adota, a constante busca por ressaltar seu domínio sobre essas terras, de maneira a refletir com coerência as diretrizes que constituem o processo de coloniza o.

No que concerne   composi o daquelas que constituem as Cidades Reais, subordinadas ao governo central e caracterizadas por Salvador, observa-se a perfeita adequa o às práticas e diretrizes urbanísticas determinadas pela Coroa Portuguesa. A presença de traçados urbanos regulares inspirados nos ideais urbanos renascentistas   a afirma o da eficiência dessa prática. Afirma o esta que se d  pelo contraste destes traçados às metodologias de composi o dos núcleos urbanos fundados no início do

período colonial, em grande parte desprovidos do controle urbanístico regido pela Coroa. Tais núcleos, sob funções exclusivas ao domínio territorial e escoamento de mercadorias, configuravam-se como espaços relativamente desorganizados e irracionais, de maneira que sua silhueta se enlaça na linha da paisagem, ou seja, com traçados irregulares e desvinculados de qualquer preocupação com ordenação geométrica.

Aos poucos, essas determinações da coroa avançam os limites das Cidades Reais e suas regiões, e se espalham por todo o território nacional. E, aplicando essa política urbanística regular, gradualmente faz com que as cidades coloniais percam a sua característica de pragmatismo em adaptar suas cidades aos terrenos com as mais diversas características, e definitivamente migrando daquilo que se caracterizava como um urbanismo medieval para um de fato renascentista.

É também de importante ressalva a determinação da Coroa Portuguesa por, preocupada em garantir a posse dos seus territórios, fazer da fortificação o aspecto de maior relevância na composição dos espaços ocupados. Assim, a pedra chave da fundação de grande parte das cidades coloniais repousa sobre a criação prévia de fortificações, ressaltando ainda por isso a importância da ação dos engenheiros militares para esta. É desta forma que se dá a fundação de Salvador, uma vez que escolhido seu sítio de implantação, tratou-se de fortificá-lo para somente então realizar o traçado desta.

Tem se ainda que a influência das características do urbanismo aplicada em Portugal são adotadas em grande parte no território brasileiro. Mais uma vez como exemplo máximo e sintético deste mostra-se a composição da cidade de Salvador quando comparada a Lisboa. E característica esta que se intensifica no decorrer da história das cidades brasileiras conforme a importância comercial destas aumenta em relação a Portugal que, assim, passa a espelhar de maneira ainda mais expressiva seus moldes nestas.

Assim, ainda que de maneira gradual, a Coroa Portuguesa foi adequando sua colônia brasileira aos seus parâmetros de composição das cidades. Embora essa adequação talvez tenha sido negativa em âmbitos de riqueza cultural na constituição destes espaços, se levada em conta a maneira dinâmica e pragmática com a qual eram anteriormente feitas, por outro foi eficiente no que concerne à exploração e domínio

colonial do mesmo. Podendo ser considerada a cidade de Salvador, enquanto capital desse império colonial, expoente dos parâmetros portugueses, nota-se que essa se configura através dos tempos como a síntese mais completa e perfeita destes diferentes modelos e concepções de cidade colonial.

Bibliografia

AZEVEDO, Paulo Ormino de, (1998), “Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira”, ARAÚJO, Renata Malcher; CARITA, Helder (organizadores), *Universo Urbanístico Português*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos.

COSTA, Ana Lourdes Ribeiro da, (2007), “Cidade colonial brasileira e a igreja católica”. (<http://www.etsav.upc.es/urbpersp/num08/art08-1.htm> acessado em 20/SETEMBRO/2012)

CRUZ, Glenda Pereira da, (1998), “Rural & Urbano. Espaços da Expansão Medieval: Origem da Organização Espacial Ibero-Americana”, ARAÚJO, Renata Malcher; CARITA, Helder (organizadores), *Universo Urbanístico Português*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos.

FLEXOR, Maria Helena Ochi, (1998), “Cidades e vilas pombalinas no Brasil do século XVIII”, ARAÚJO, Renata Malcher; CARITA, Helder (organizadores), *Universo Urbanístico Português*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, (1995), “Raízes do Brasil” São Paulo: Companhia das Letras.

LANNA, Ana Lúcia Duarte, (2002), “Cidade colonial: cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos”. (<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/461/437> acessado em 20/SETEMBRO/2012).

MARX, Murillo, (1989), “Nosso chão do sagrado ao profano”, São Paulo: EDUSP.

MOREAU, Felipe Eduardo, (2011), “Arquitetura militar em Salvador da Baía: século XVI a XVIII”, São Paulo: FAUUSP.

- MOREIRA, Rafael, (2001), “O Arquiteto Miguel de Arruda e o Primeiro Projeto para Salvador”, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Mattos (colaboradores), *Anais do 4º Congresso de Historia da Bahia*, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
- OLIVEIRA, Francisco de, (1982), “O Estado e o Urbano no Brasil”, São Paulo: Espaço & Debates.
- PESSOTTI, Luciene; PORTO, Nelson, (2009), “Urbanismo Colonial” Rio de Janeiro: POD Editora.
- REIS FILHO, Nestor Goulart, (1968), “Evolução Urbana do Brasil” São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- REIS FILHO, Nestor Goulart, (1970), “Quadro da Arquitetura no Brasil” São Paulo: Perspectiva.
- REIS FILHO, Nestor Goulart, (1998), “Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil”, ARAÚJO, Renata Malcher; CARITA, Helder (organizadores), *Universo Urbanístico Português*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ROSSA, Walter, (1998), “O Urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas”, ARAÚJO, Renata Malcher; CARITA, Helder (organizadores), *Universo Urbanístico Português*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SANTOS, Paulo Ferreira, (2001), “Formação de cidades no Brasil Colonial”, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- TEIXEIRA, Manuel C, (2001), “A cidade da Bahia no contexto da modernização dos traçados urbanos portugueses quinhentistas”, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Mattos (colaboradores), *Anais do 4º Congresso de Historia da Bahia*, Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida, (1999), “O Urbanismo Português: século XIII – XVIII”, Lisboa: Printer Portuguesa.